

## MULHERES À ESQUERDA E À DIREITA: CARREIRAS POLÍTICAS E PARTIDOS POLÍTICOS

### WOMEN ON THE LEFT AND ON THE RIGHT: POLITICAL CAREERS AND POLITICAL PARTIES

*ROBERTA CARNELOS RESENDE<sup>1</sup>*

*SARA EPITÁCIO<sup>2</sup>*

#### RESUMO

O objetivo do artigo é identificar os perfis socioeconômicos e políticos das deputadas federais eleitas em 2014. Pretende-se responder às seguintes questões: Quais os partidos que conseguiram eleger mulheres? Existem diferenças significativas quando considerados o espectro ideológico? Como se deu a distribuição destas parlamentares nas Unidades Federativas? Qual o perfil das eleitas em relação à escolaridade, idade e profissão? De que forma o tempo de filiação partidária se relaciona às mulheres dos diferentes partidos? Possuir relações de parentesco com políticos estabelecidos é uma característica importante neste grupo? Nossa hipótese principal corrobora a tese já consagrada na literatura de que os parlamentares de partidos de esquerda percorrem uma trajetória longa dentro de um mesmo partido, e que para conquistar um cargo eletivo como de deputado federal, estes políticos passam antes por outros cargos, tais como vereadores, deputados estaduais e, por vezes, prefeitos (SANTOS E SIERNA, 2007; MIGUEL, 2003). Por outro lado, nos partidos de centro e direita é possível observar a utilização de atalhos, tais como capital político acumulado por outros indivíduos e compartilhado mediante relações de parentesco, de modo que a conquista do cargo ocorre de maneira precoce.

**Palavras-chave:** Mulheres; Partidos; Carreira Política.

1 Doutoranda em Ciência Política (Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS), e Professora Substituta do Curso de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA, Brasil. Email: [roberta\\_carnelos@yahoo.com.br](mailto:roberta_carnelos@yahoo.com.br)

2 Doutora em Ciência Política (Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS), e Professora Adjunta do Curso de Ciência Política da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, Brasil. Email: [saraepitacio@hotmail.com](mailto:saraepitacio@hotmail.com)

## ABSTRACT

The objective of this article is to identify the socioeconomic and political profiles of federal deputies elected in 2014. It is intended to answer the following questions: What are the parties that managed to elect women? There are significant differences concerning the ideological spectrum? How did the distribution of these parliamentarians in the States? What is the profile of the elected in level of education, age and profession? How the time of party affiliation relates to women of different parties? Have family relationships with established policy is an important feature in this group? Our main hypothesis corroborates the thesis already established in the literature that the parliamentary left parties run a long history within the same party, and to win a position as a federal deputy, these politicians go before other positions, such as councilors, state legislators and sometimes mayors (SANTOS E SIERNA, 2007; MIGUEL, 2003). On the other hand, the center parties and right, you can see the use of shortcuts, such as accumulated political capital by other individuals and shared by family relationships, so that success in political office is at an early stage. **Keywords:** Women; Parties; Political Career.

### 1. PARTIDOS POLÍTICOS E PERFIS PARLAMENTARES: AS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS NOS ESTUDOS PARTIDÁRIOS CLÁSSICOS E NO BRASIL

A relação entre trajetória política e representação sempre esteve presente na discussão sobre os estudos partidários. Apesar da constatação denunciativa de Robert Michels (1982) de que os partidos, independentes de sua bandeira ideológica, converteram-se em organizações oligarquizadas e, desse modo, o processo de recrutamento estaria restrito a um pequeno grupo responsável por controlar (monopolizar) as atividades internas do partido, esta tese sobre a lei de ferro das oligarquias foi relaxada, pois o acirramento da competição política em democracias liberais exigiu uma ampliação do recrutamento e filiação partidária. Dessa forma houve uma aproximação entre a figura do líder político e demais seguidores (MEDDING *apud* BRAGA, 2012). Nesse contexto os partidos precisam não só manter suas bases de eleitores regulares, mas atrair um novo público, e tais mudanças alteram as estratégias de captação de novos membros (KIRCHEIMER, 2012<sup>3</sup>).

3 “A conversão para o tipo de partido catch-all é um fenômeno associado à competição. Um partido está

Maurice Duverger (1980) ressalta uma importante particularidade do sistema representativo ao desmistificar que a aparente relação constituída exclusivamente por representantes e representados, ou entre nação e parlamento, resulta de uma seleção previa do próprio partido, pois antes de serem escolhidos por seus eleitores, os parlamentares são escolhidos pelos partidos, cabendo ao eleitor ratificar esta seleção. Desse modo, o eleito recebe um duplo mandato: um do partido e outro dos seus eleitores. O autor distingue ainda duas formas de recrutamento com base nas tipologias do partido de quadro e partido de massa. Sobre o primeiro destaca que a ausência de financiamento sistemático sensibiliza o partido a ser mais receptivo a partidários que contam com recursos próprios - recrutamento exógeno. Os partidos de massa são pouco simpáticos a esse tipo de seleção e desenvolvem em seus estatutos estratégias para coibir a ação isolada de personalidades, evitando também que ingressantes recebam patrocínio do partido, pois tal benefício é reservado apenas aos membros que possuem certo tempo de atividade (antiguidade) dentro do partido- recrutamento endógeno.

Dedicado a um enfoque organizacional, Panebianco (2005) ressalta que a estrutura de oportunidades apresentadas pelos partidos aos seus membros é uma variável relacionada ao modelo de gênese e ao controle que os líderes partidários exercem sobre as zonas de incerteza da organização. O autor ressalta a presença de dois tipos de militantes: o crente e o carreirista. Tais tipos ideais estão presentes em todos os partidos e são utilizados como dispositivos analíticos. O objetivo dos militantes crentes é buscar os objetivos oficiais do partido e a preservação da identidade ideológica da organização. Desse

---

sempre apto a se acomodar aos estilos bem-sucedidos de seus competidores, por esperar os mesmos benefícios ou ter medo de perdas no dia da eleição. De modo oposto, quanto mais um partido se convence de que os resultados favoráveis de um competidor dever-se-iam somente a algumas circunstâncias não repetíveis, e que a capacidade do competidor de superar dissensões internas é um fenômeno temporário, menor é a chance de uma conversão completa e maior é a inclinação para agarrar uma leal – embora limitada – clientela” (KIRCHHEIMER, 2012 p.368)

modo, “(...) é a presença dos crentes que impedem os partidos de serem totalmente aqueles animais oportunistas descrito por Downs” (PANEBIANCO, 2005, p.54). O militante carreirista representa a área de turbulência partidária e também é mais propenso a deserções. Estes indivíduos estão continuamente interessados nos incentivos materiais e de status do partido, entretanto, é desse grupo que as novas lideranças partidárias são selecionadas.

Ao articular esses dois tipos de militantes com os partidos de massa e partido de quadro, é possível observar que no primeiro há uma forte presença de crentes de modo que a militância política é a única possibilidade de almejar uma carreira política. Já nos partidos de quadro, os militantes, em sua maioria carreiristas possuem fontes alternativas de ingresso na carreira política, de forma que é mais cômodo, diante de adversidades organizacionais, a saída do partido e a mobilização de outros canais de ascensão na vida política.

No Brasil, o estudo sobre carreiras políticas e perfil de recrutamento esteve concentrado na análise dos deputados. Buscou-se, entre outros aspectos, oferecer um caminho alternativo para a compreensão do sistema partidário, sem recorrer exclusivamente aos resultados eleitorais, a migração, a coligação, ao comportamento dos deputados nas votações do congresso, e a competição interpartidária. Tratou-se de explorar aspectos internos dos partidos, concernentes ao processo de recrutamento de lideranças. Alguns achados importantes já foram apresentados, com destaque para a pesquisa de Sergio Braga (1998) sobre a composição e perfil socioeconômico e regional da Assembléia Constituinte de 1946. Este trabalho preocupou-se em preencher uma lacuna sobre a história parlamentar, e, através do uso da estatística descritiva, ofereceu uma radiografia da elite política brasileira durante o experimento democrático iniciado em 1946. A pesquisa de Leôncio Martins Rodrigues (2002), sobre a composição da Câmara dos Deputados de 1998, ressaltou que apesar das bancadas

serem heterogêneas, no que se refere à origem socioeconômica dos seus ocupantes, os parlamentares brasileiros tendem a buscar partidos que mais se aproximam de suas convicções ideológicas e interesses pessoais, e, desse modo, há uma relativa correspondência entre a composição social e convicção ideológica destes indivíduos e os partidos escolhidos.

Em perspectiva comparada, Santos e Serna (2007) empreenderam esforços para compreender o padrão de recrutamento do legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. Como hipótese central, os autores destacam que a diferença nos padrões de carreira política pode ser explicada por variações no perfil social e recursos individuais dos candidatos eleitos em cada partido. Desse modo, observaram, de acordo com o status ocupacional, a participação associativa, os padrões de recrutamento social, e mobilidade interna, destacando que: a) os partidos conservadores e de direita - Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido da Frente Liberal - PFL (atual Democratas - DEM), no Brasil; União Democrática Independente (UDI), e Renovação Nacional (RN) no Chile - apresentam uma composição social mais elitista do ponto de vista do status social e profissional; b) os partidos de esquerda - Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil; Partido pela Democracia (PPD) e Partido Socialista (PS), no Chile; e Frente Ampla (FA) no Uruguai - apresentam deputados com vínculos estreitos com a sociedade civil e uma trajetória política longa anterior a obtenção de cargos eletivos.

Diante do exposto é possível observar que os estudos sobre carreiras políticas no Brasil endossam os argumentos consagrados pela literatura clássica, sendo possível verificar uma nítida relação entre localização ideológica dos partidos e os perfis socioeconômicos dos seus representantes. Na próxima seção pretende-se verificar se, ao analisar exclusivamente as mulheres eleitas para a câmara federal, a relação entre espectro ideológico e perfil socioeconômico das análises

mais gerais são mantidos, ou trata-se de um grupo com características peculiares. Para tanto, optou-se por trabalhar com os resultados eleitorais de 2014.

## 2. AS MULHERES NA CÂMARA FEDERAL

Classificar os partidos políticos brasileiros de acordo com seu espectro ideológico não é uma tarefa fácil, e esta discussão fugiria ao escopo deste trabalho. No entanto, optou-se por utilizar a classificação de Mainwaring, Meneguello e Power (2000), e, para os partidos com gênese posterior ao ano 2000, a classificação elaborada por Krause, Dantas e Miguel (2010). Segundo Mainwaring, Meneguello e Power (2000, p. 93), embora haja particularidades no processo de institucionalização dos partidos brasileiros, é possível observar uma diferenciação programática, pois os partidos demonstraram posições distintas quanto a questões políticas, econômicas, sociais e morais, de modo que o comportamento no Congresso Nacional pode ser analisado através de algumas clivagens na escala esquerda- direita. Krause, Dantas e Miguel (2010) classificam as legendas a partir da origem do partido, origem das lideranças partidárias, e o posicionamento das bancadas no Congresso Nacional. O quadro abaixo apresenta uma síntese desta classificação.

Quadro 1- Classificação dos Partidos de acordo com o viés ideológico

Localização Ideológica	Partidos
Esquerda	PT, PC do B, PSB, PDT, PPS, PRB, PMN, PV
Centro	PMDB, PSDB
Direita	PR, PTB, PP, PSC, PTN, PTC, DEM

Fonte: MAINWARING, POWER, MENEGUELLO (2000); DANTAS, MIGUEL & KRAUSE (2010)

Em se tratando do universo empírico deste trabalho, o total de deputadas federais eleitas nas eleições de 2014 foi 51. No entanto,

o universo desta pesquisa constitui-se de 54 mulheres, pois três suplentes assumiram no início do mandato, motivo pelo qual optou-se por incluí-las. O número de partidos com representação na Câmara nesta eleição foi 28, sendo que apenas 17 deles conseguiram eleger mulheres. Assim, a tabela abaixo apresenta as eleitas e seus partidos políticos. Em linhas gerais, o PT foi o partido que mais conseguiu eleger mulheres (9), seguido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 7. Porém, quando considerado o número total de candidatos eleitos por cada um dos partidos, o que de fato significa uma versão mais fidedigna da realidade política, este ranking sofre variações importantes. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) conseguiu eleger 10 deputados, dos quais metade eram mulheres. Com bancadas muito menores, este feito foi também alcançado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Partido Trabalhista Cristão (PTC). Os partidos com as maiores bancadas na Câmara (PT, PMDB e PSDB-Partido da Social Democracia Brasileira) elegeram, respectivamente, 12,9%, 10,6% e 9,3% de mulheres.

Tabela 1 – Partidos políticos e a representação das mulheres em 2014

Partidos	Dados Mulheres		Dados Gerais	
	M	%	Total de eleitos	% M
PT	9	16,7	70	12,9
PMDB	7	13,0	66	10,6
PC do B	<b>5</b>	<b>9,3</b>	<b>10</b>	<b>50,0</b>
PSB	5	9,3	34	14,7
PSDB	5	9,3	54	9,3
PR	4	7,4	34	11,8
PTB	3	5,6	25	12,0
PDT	2	3,7	19	10,5
PP	2	3,7	36	5,6
PPS	2	3,7	10	20,0
PRB	2	3,7	21	9,5
PSC	2	3,7	12	16,7

PTN	2	3,7	4	50,0
PMN	1	1,9	3	33,3
PTC	1	1,9	2	50,0
PV	1	1,9	8	12,5
DEM	1	1,9	22	4,5
Total	54	100,0	22	--

Fonte: TSE (Elaboração própria)

Quando estes partidos são pensados à luz de seu espectro ideológico, o cenário observado vai ao encontro da ideia recorrente na literatura, de que as mulheres encontrariam nos partidos de esquerda um nicho mais aberto a sua participação (MIGUEL, 2003). Observou-se que 46,3% das mulheres eleitas pertencem aos partidos de esquerda, 31,5% aos partidos de direita, e 22,2% aos partidos localizados no centro do espectro ideológico.

Mas como essa representação é distribuída entre os estados brasileiros? A tabela 2 apresenta tal distribuição, sendo notória a diferença entre os estados e regiões do país. Observam-se os menores resultados, ponderados pelo número total de cadeiras de cada unidade federativa na Câmara, no Rio Grande do Sul (3,2%) - estado em que a capital Porto Alegre é historicamente emblemática na luta pelos direitos das minorias e um importante reduto do PT<sup>4</sup>, em Pernambuco (4%) e no Paraná (6,7%). Os dados da região sul só não são piores porque Santa Catarina, estado reconhecido pela força da direita, conquistou uma bancada de mulheres de 18,8%. Os estados com os maiores percentuais de mulheres eleitas são Amapá e Tocantins (37,5%), Rondônia e Roraima (25%), todos pertencentes à região Norte

4 O PT foi o primeiro partido no país a inserir uma política de cotas de gênero interna ainda em 1991, quando não havia um debate estruturado desta questão no Brasil, mas que na Argentina tal política já havia sido regulamentada. Aqui, o projeto fora apresentado em 1995, e a política de cotas de gênero passou a valer nas eleições de 1998, com várias críticas quanto à sua formulação, pois os partidos deveriam apresentar no mínimo 30% de candidaturas de um dos sexos, o que não implicaria em uma mudança efetiva da representação, nem tampouco haveria (e ainda não há) punições aos partidos que não cumprissem tal determinação (RESENDE, 2009).

do País. Sabe-se que é nesta região, bem como no nordeste, onde o PT obtém seus melhores resultados eleitorais. Cabe destacar ainda que cinco estados não elegeram nenhuma mulher em 2014: Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Sergipe, Paraíba<sup>5</sup>.

Tabela 2 – Os estados brasileiros e as mulheres

UF	Mulheres	Total Cadeiras	% M
AC	1	8	12,5
AM	1	8	12,5
AP	3	8	37,5
BA	3	39	7,7
CE	2	22	9,1
DF	1	8	12,5
GO	2	17	11,8
MA	2	18	11,1
MG	5	53	9,4
MS	1	8	12,5
PA	3	17	17,6
PE	1	25	4,0
PI	2	10	20,0
PR	2	30	6,7
RJ	7	46	15,2
RN	1	8	12,5
RO	2	8	25,0
RR	2	8	25,0
RS	1	31	3,2
SC	3	16	18,8
SP	6	70	8,6
TO	3	8	37,5
Total	54	466	--

Fonte: TSE (Elaboração própria)

5 A forma pela qual estas observações, e outras ao longo do texto, são colocados não pretendem negativar a relação entre mulheres e partidos de direita, apenas chamar a atenção para a reflexão sobre partidos políticos e minorias, que aqui se refere às mulheres na Câmara Federal.

Em se tratando da estrutura da carreira política no Brasil, Miguel (2003, p.117) destaca que posições de maior prestígio político demandariam, ainda que em tese, pois é recorrente na política brasileira a utilização de atalhos para a ascensão política, ocupações prévias de menor prestígio. Nesse sentido, para a conquista de um assento na Câmara Federal, os candidatos deveriam ter experiências anteriores em cargos como vereador, deputado estadual, e prefeitura (a relação é diferente a depender do porte da cidade). Dos 54 casos analisados, a maioria (39 ou 72,2%) tiveram mandatos anteriores: 27 haviam sido deputadas federais, 22 deputadas estaduais, 23 vereadoras, 5 prefeitas e 1 senadora (caso de Benedita da Silva do PT). Tais dados, apresentados na tabela abaixo, corroboram o argumento de que a chegada à Câmara Federal é precedida de experiências eletivas anteriores.

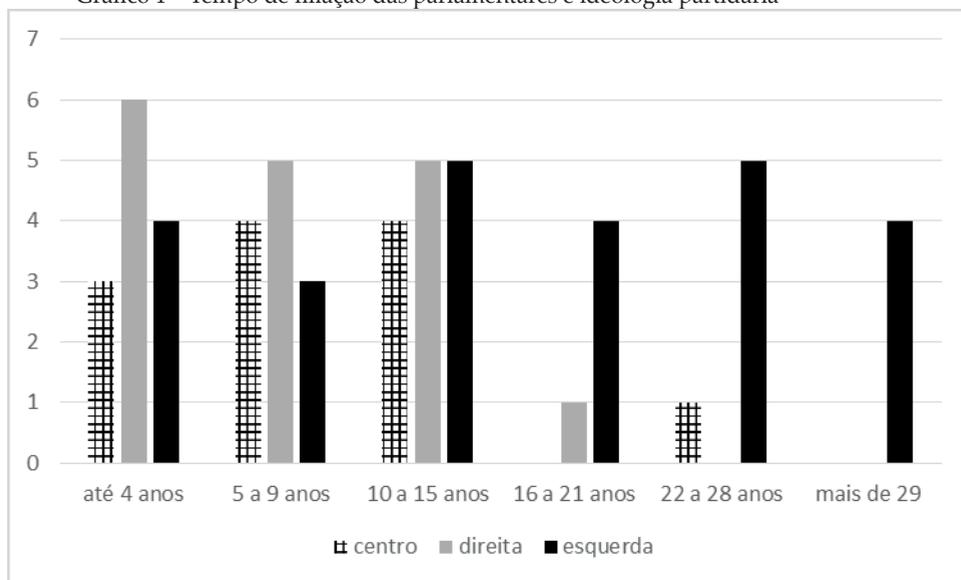
Tabela 3 – As deputadas federais e seus cargos anteriores

Partido	D.F	D.E	Pref.	Ver.
DEM	1	0	0	0
PC do B	4	5	1	2
PDT	1	1	0	0
PMDB	2	2	0	2
PMN	0	0	0	0
PP	1	1	0	1
PPS	1	1	0	1
PR	2	3	1	3
PRB	0	1	0	2
PSB	4	2	1	2
PSC	0	0	0	0
PSDB	3	0	0	3
PT	7	6	2	5
PTB	1	0	0	2
PTC	0	0	0	0
PTN	0	0	0	0
PV	0	0	0	0
Total	27	22	5	23

Fonte: TSE (Elaboração própria)

O tempo de filiação constitui-se outro importante instrumento de diferenciação entre os partidos. Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, as deputadas filiadas aos partidos de esquerda apresentam uma vida partidária mais extensa que a observada nos partidos de centro e direita, sendo o bloco a apresentar parlamentares que possuem mais de 29 anos de militância. Por outro lado, os partidos de direita concentram o maior número de mulheres com carreira política recente, o que pode sinalizar para o grande número de deputadas carreiristas nestes partidos. A mesma lógica é seguida pelos partidos de centro, em que a maioria de suas deputadas possuem de 5 a 15 anos de filiação.

Gráfico 1 – Tempo de filiação das parlamentares e ideologia partidária



Fonte: TSE (Elaboração própria)

Passando à escolaridade destas políticas, a grande maioria possui ensino superior completo (75,9%), e 9,3% concluíram pós-graduação *latu* ou *strictu sensu*, o que demonstra elevada escolaridade. Os partidos não apresentam distinções significativas por este critério,

motivo pelo qual não apresentamos os dados desagregados. Em contrapartida, somente 3 parlamentares (5,6%) concluíram apenas o ensino fundamental ou médio. Estes dados vão ao encontro dos achados de Rodrigues (2002), de que nos altos escalões da política, tais como o senado e câmara federal, a escolaridade dos parlamentares é elevada.

Tabela 4 - A escolaridade das deputadas

Escolaridade	N	%
fundamental incompleto	1	1,9
ensino médio	2	3,7
superior incompleto	5	9,3
Superior	41	75,9
pós graduação	5	9,3
Total	54	100,0

Fonte: TSE (Elaboração própria)

Em relação às profissões das deputadas, as categorias mais utilizadas neste tipo de análise são as de Rodrigues (2002), que trabalhou com uma grande massa de dados sobre a composição da Câmara nas eleições de 1998, e que, pela variedade das profissões encontradas, a construção de diversas categorias foi necessária. Em virtude do universo desta pesquisa ser pequeno (54), e não se tratar de um recorte longitudinal optou-se por manter as profissões originais das deputadas, fazendo pequenos agrupamentos discriminados nas categorias, tendo em vista que, se seguissemos as categorias deste autor, seriam quase todas profissionais liberais. Também não teríamos ocupações governamentais, políticos profissionais, religiosos, e classes populares, declaradas. A tabela 5 apresenta as profissões das parlamentares, conforme o espectro ideológico dos partidos políticos.

Tabela 5 - As profissões das parlamentares

Profissão	centro	direita	esquerda	Total
-----------	--------	---------	----------	-------

Advogada	3	4	3	10
Assistente social	0	0	3	3
Dentista	0	0	1	1
Economista/ administradora	2	0	1	3
Empresária	0	4	2	6
Engenheira	0	0	3	3
Jornalista/publicitária	1	1	2	4
Médica	2	2	1	5
Pedagoga	2	0	0	2
Professora	0	2	4	6
Psicóloga	2	0	1	3
Química	0	0	2	2
Saúde	0	1	2	3
TV/rádio	0	3	0	3
Total	12	17	25	54

Fonte: TSE (Elaboração própria)

Como é possível observar, as empresárias ocupam majoritariamente os partidos de direita, enquanto que as professoras são maioria nos partidos de esquerda. As três deputadas Assistentes Sociais pertencem à partidos de esquerda, e as Advogadas, que são maioria dentre as eleitas em 2014, são filiadas a partidos de diferentes espectros ideológicos (4 na direita, e 3 no centro e na esquerda). Um outro aspecto importante é que todas as deputadas que eram radialistas ou apresentadoras de TV, pertencem aos partidos de direita, o que corrobora com a tese da conversão de capitais midiáticos para político de Bourdieu (1986).

Pensando na ideia de atalhos para a ascensão na política, incluiu-se a categoria parentesco, pois conforme vários estudos, entre eles Oliveira (2012 e 2001) e Nunes (2010), a classe dominante brasileira pode ser analisada pelas relações familiares. Assim, o que pôde ser observado na pesquisa é que quase metade destas deputadas (48,1%) apresentam algum parentesco (principalmente esposa de ou filha de)

com políticos estabelecidos. Não faz parte do escopo deste trabalho analisar profundamente cada uma das biografias, pois somente assim se poderia afirmar que estas foram “implantadas” na política, aquelas percorreram um longo caminho de militância que culminaram com o sucesso eleitoral, e outras utilizaram-se de diversos atalhos, tais como a conversão de capitais. De todo modo, a tabela abaixo apresenta o percentual de deputadas com laços familiares na política. Cabe destacar que as eleitas pelo PV, PCdoB, PPS e PSB não apresentam relações de parentesco com outros políticos, e que todos estes partidos são pertencentes à esquerda.

Tabela 6- Parentesco e Partidos Políticos

Partido	N	% do total de eleitas pelo partido
PMDB	6	85,7
PSB	3	60
PSDB	3	60
PR	2	50
PSC	2	100
PT	2	22,2
PTB	2	66,7
DEM	1	100
PDT	1	50
PMN	1	100
PP	1	50
PTC	1	100
PTN	1	50
Total	26	48,1

Fonte: TSE (Elaboração própria)

Por fim, em relação à faixa etária, observa-se que mais de 50% destas mulheres têm entre 41 a 60 anos, apenas 2 possuem 30 anos ou menos e 3 têm mais de 71 anos de idade, indo ao encontro da ideia de

que este cargo, assim como o Senado, são ocupados por indivíduos com maior idade. Estas informações podem ser vistas abaixo:

Tabela 7- Faixa etária das deputadas

Faixa Etária	N	%
25-30	2	3,7
31-40	8	14,8
41-50	16	29,6
51-60	15	27,8
61-70	10	18,5
71+	3	5,6
Total	54	100,0

Fonte: TSE (Elaboração própria)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do perfil das deputadas corrobora os estudos sobre os perfis gerais da câmara federal brasileira, ou seja, trata-se majoritariamente de parlamentares com alta escolaridade, profissionais liberais, com idade superior a 41 anos. A disposição geográfica da representação aponta para uma maior incidência de mulheres na câmara federal na região norte, e menor nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco.

Ordenando estes perfis no espectro ideológico verificou-se que as deputadas dos partidos de esquerda possuem maior tempo de filiação em seus respectivos partidos, ou seja, mais de 50% (13 das 25 mulheres eleitas) estão filiadas aos partidos há pelo menos 16 anos. Já nos partidos de centro, apenas uma mulher, do total de 12 eleitas, está a mais de 16 anos. O mesmo foi observado nos partidos de direita, que contam com 17 deputadas no total.

Verificou-se ainda que as parlamentares dos partidos de esquerda apresentam uma trajetória pouco vinculada à laços familísticos, enquanto que este cenário não fora encontrado nos

partidos de centro e direita. Porém, cabe destacar que 48,1% do total das mulheres eleitas apresentam alguma relação de parentesco com políticos estabelecidos. Esses achados corroboram as observações de Maurice Duverger (1980) sobre as formas de recrutamento parlamentar dos partidos de massa. Mesmo no caso brasileiro onde a crítica sobre os fracos laços ideológicos dos partidos se tornou lugar comum (MAINWARING, 2001), é possível observar, através das análises de trajetória, que os partidos agem de maneira distinta no recrutamento dos seus representantes e que esse *modus operandi* guarda estreita relação com os seus modelos de origem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, S (2012). **“Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels”**. Revista de Sociologia e Política v. 20, nº 44: 83-95 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44/v20n44a07.pdf>>. Acesso em: 10/dez/2015.

BRAGA, S. S. (1998). **“Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 : um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946”**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

BOURDIEU, P. (1986). **“A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”**. In: O poder simbólico. Lisboa : Difel.

DUVERGER, M. (1980). **“Os partidos políticos”**. São Paulo, Zahar.

KATZ, R.; MAIR, P. (1995). **Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the carte party**. Party Politics, n. 1, vol. 1.

KIRCHHEIMER, O (2012). **“A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Tradução Paulo Peres”**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº7. Brasília, janeiro-abril de 2012, pp.349-385.

KRAUSE, S., DANTAS, H., MIGUEL, L. F. orgs. (2010). **“Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências”**. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel & POWER, Timothy. (2000), **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Paz e Terra.

MAINWARING, S. **“Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil”**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MICHELS, R. (1982). **“Sociologia dos Partidos Políticos”**. Brasília: UnB.

MIGUEL, L. F. (2003). **“Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro”**. *Revista de Sociologia e Política*, nº 20, pp. 115-134.

NUNES, E. O (2010). **“A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático”**. Rio de Janeiro. 4ª Ed. Garamond.

OLIVEIRA, R. C. (2001). **“O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná”**. 1. ed. Curitiba: Moinho do Verbo, v. 1. 482p .

OLIVEIRA, R. C. (2012). **“Na Teia do Nepotismo: Sociologia Política das Relações de Parentesco e Poder Político no Brasil”**. 1. ed. Curitiba: Insight, 272p .

PANEBIANCO, A. (2005). **“Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos”**. São Paulo: Martins Fontes.

RESENDE, Roberta Carnelos (2009). **“Gênero, performance eleitoral e perfil: uma análise da Assembleia Legislativa do Paraná (1998-2006)”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

RODRIGUES, L. M. (2002). **“Partidos, Ideologia e Composição Social”**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 48, fevereiro/2002, p. 31-48.

SANTOS, A. M.; SERNA, M. (2007). **“Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 93-194.